

# Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2010

José Viriato Capela\*

Como vem sendo regra de há 19 anos a esta parte, procedemos hoje à entrega pública do 1.º prémio e 3 menções honrosas da presente edição do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea da Universidade do Minho relativa a 2010.



---

\* Presidente do Júri do Prémio.

O júri, por mim presidido, foi constituído pela Prof. Doutora Maria da Conceição Meireles da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Prof. Doutor Pedro Aires de Oliveira da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Desde já as primeiras palavras são para felicitar os vencedores desta edição e todos os demais concorrentes cujos trabalhos são de grande mérito. E neste contexto agradecer a melhor colaboração das Universidades, dos docentes e investigadores das áreas das História Contemporânea Portuguesa que tanta divulgação e atenção têm prestado a este Prémio, para aqui fazendo veicular os melhores trabalhos do ano. Congratulamo-nos com o elevado número e valia dos trabalhos concorrentes que nesta edição teve particular ênfase. Por isso não só se atribui um 1.º prémio, mas também 3 menções honrosas que não desmerecem aquele galardão.

Hoje, podemos dizer sem quaisquer dúvidas, que o Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho, depois desta experiência, é um dos mais prestigiados, se não o mais prestigiado galardão atribuído neste âmbito em Portugal. Tal deve-se, seguramente não tanto ao valor monetário do Prémio, mas ao modo como as Universidades se vem envolvendo no seu concurso e ao valor sempre elevado dos trabalhos premiados. Mas também, porque não dizê-lo, ao dinamismo do ensino e também da investigação em História Contemporânea Portuguesa nos tempos mais recentes.

## Candidatos

De assinalar o elevado número de concorrentes este ano ao Prémio: no total 17 concorrentes mas só 16 reuniram as condições e foram admitidos. É este talvez o concurso da área – Prémios de História – mais concorrido.

É um Prémio a que concorrem na sua grande maioria, trabalhos académicos, cujo perfil universitário está definitivamente fixado. Mais uma vez o grosso dos trabalhos são teses de Mestrado, teses de Doutoramento ou trabalhos feitos em sede e disciplinas universitárias. Regista-se que o concurso crescente de teses de Doutoramento não tem inibido o concurso de teses de Mestrado. O

júri tem aliás premiado diversas teses de Mestrado em concursos em que há oponentes teses de Doutoramento. Foi o que aconteceu mais uma vez este ano.

Ao Prémio têm concorrido trabalhos produzidos em particular nas Universidades Públicas Portuguesas e também da Universidade Católica. São trabalhos como é de esperar oriundos dos Departamentos de História daquelas Faculdades, mas também de Departamentos e Escolas afins, designadamente dos Departamentos dos Institutos de Ciências Sociais ou de Escolas onde se produzem abordagens a temas e matérias com envolvente histórica (é o caso da Faculdades de Belas Artes e Arquitectura).

Alguns dos trabalhos concorrentes foram já objecto de edição, e alguns em editoras de prestígio no campo da História ou das Ciências Sociais.

## Temáticas

Adentro de uma tendência que se vem acentuando, são cada vez mais os trabalhos dirigidos aos tempos históricos mais recentes, o século XX, o século XX avançado. Também este ano tal se verificou: dos 16 trabalhos só 3, no todo ou em parte, têm a sua inserção no período anterior, o século XIX.

Distribuem-se estes 16 trabalhos pelos seguintes grandes conjuntos temáticos:

- História Política e Diplomática Portuguesa
- História Colonial e dos Domínios Ultramarinos
- História Política-Religiosa
- Património e Artes Plásticas
- Outros

## História Política e Diplomática Portuguesa

Neste conjunto situam-se quatro trabalhos, dos mais importantes: o do vencedor do Prémio, Bruno Marçal, com a obra intitulada *Governo de Pimenta de*

*Castro, um general no labirinto da 1.ª República*. O trabalho de Sandro Coelho – *O Negócio da Urna: As eleições de 1842* (1.ª Menção Honrosa). A eles nos referiremos mais adiante.

Integram-se neste conjunto o trabalho de Ana Paula Soares Pires – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra* que confronta a República e suas instituições com os efeitos da Guerra, sobretudo o magno problema das subsistências e do abastecimento a Portugal, grande teste para o novo Regime, que abalou os primeiros idealismos e unanimismos dos primeiros governos republicanos e obrigou a uma mais forte política de intervencionismo económico. E também o trabalho de Vera de Matos – *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*, que aborda aspectos pouco conhecidos que ultrapassam os consabidos e tradicionais estudos sobre relações culturais entre Portugal e a cultura italiana e se enquadra na abertura internacional das nossas relações exteriores e defesa da aquiescência para o problema e regime colonial.

## História Colonial e dos Domínios Ultramarinos

Esta tem sido uma temática muito desenvolvida nos estudos de História Contemporânea Portuguesa. Integram-se aqui as duas outras Menções Honrosas: o trabalho de Sérgio Neto – *Colónia mártir, colónia modelo* e o de J. Augusto Pereira – *O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1954-1974)*. Mais o trabalho de Daniel Gomes – *Evolução do confronto estratégico durante o conflito na Guiné (1956-1974)*. E também o trabalho de Fernando Pimenta, um já premiado deste Prémio, com *Portugal e o Século XX. Estado-Império. Descolonização (1890-1975)*, um ensaio sobre o papel e lugar da Descolonização do século XX no processo histórico português (imperial).

## História Política-Religiosa

Inserem-se neste conjunto o estudo de Luciano Moreira sobre o impacto *Da Lei da Separação de 1911 na Diocese de Lamego*; e uma incursão à *História do Ateísmo em Portugal* de Luís Rodrigues. Neste conjunto relevam-se o trabalho de Jorge Revez sobre *Os vencidos do Catolicismo*, que aborda a militância e atitudes críticas de figuras de católicos militantes e seu papel na renovação da espiritualidade católica de 1950-1970.

## Património e Artes Plásticas

Um conjunto de outros trabalhos podem ser genericamente articulados sobre o título Património e Artes Plásticas, onde se inserem as obras de Isabel Nogueira, sobre *Artes Plásticas e pensamento crítico em Portugal nos anos 70 e 80*, onde se analisa a aplicabilidade e operacionalidade dos conceitos de vanguarda e pós-modernismo; o de André Tavares – *Novela bufa do ufanismo em concreto*, conjunto de ensaios de grande poder evocativo e criativo sobre figuras de arquitectos e obras em contextos sociais e políticos; de Rita Gomes de Castro – *Mercado do Bolhão: património e identidades*, sobre os projectos de intervenção no mercado do Bolhão, no Porto; de Tiago Baptista – *Ver Amália: os filmes de Amália Rodrigues*, importante análise aos filmes em que Amália participou, seu lugar na filmoteca portuguesa e lugar do Fado no cinema português pela figura de Amália.

## Outros

Finalmente um trabalho que dificilmente se integra naqueles conjuntos, o de Lourenço Matos – *Os fornecedores da Casa Real (1821-1910)*, análise a uma etiqueta de marca, isto é, às casas que obtiveram o privilégio de usar aquela identificação de prestígio ao longo do século XIX (1821-1910).

O júri congratula-se como já referi, com o enorme concurso e grande valia em geral das obras concorrentes. Não deixou por isso de, além da escolha feita por unanimidade da obra vencedora, atribuir três menções honrosas, facto inédito pelo seu número.

Votou unanimemente como vencedor do Prémio deste ano o trabalho de Bruno Marques – *Pimenta de Castro. Um General no Labirinto da I República*. Trata-se de um trabalho, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, de 2010, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É um trabalho feito sobre a orientação de Ernesto Castro Leal, professor daquela instituição. O trabalho foi unanimemente considerado pelo júri uma investigação inédita de grande valia sobre a figura e governo de Pimenta de Castro a precisar de mais aprofundada fixação histórica e historiográfica e se insere num dos períodos mais controversos e também menos estudados da 1.ª República, num dos seus primeiros ensaios de inversão do rumo inicial da República. Sobre o conteúdo deste trabalho dirá o vencedor do Prémio que intervirá nesta sessão.

## Breve apreciação crítica das menções honrosas

Sem me alargar, permitam umas breves referências às menções honrosas deste Prémio.

Duas menções honrosas dirigem-se a uma temática, em muitas partes comuns em outras complementares. Se lhe juntarmos o trabalho de Daniel Gomes sobre o *Conflito na Guiné (1954-1974)*, é a história das Guerras coloniais, da Luta Armada, dos Partidos, da Propaganda, do Colonialismo Português, da Descolonização, seu contexto nacional e internacional que nos é relevada, e isto desde meados do século passado (1950), quando se iniciam os movimentos pela Libertação e Descolonização Africana. Tanto mais do que a História da Colonização ou do Colonialismo, é a História da Descolonização que é abordada.

Estas obras completam-se entre si na abordagem de uma temática e um quadro histórico e geográfico do nosso Colonialismo e Descolonização que agora ganha maior profundidade e coerência. Se na *Colónia Mártir*, se passa a pente fino e se desenvolve sobretudo a(s) ideologia(s) da propaganda do Colonialismo (na análise crítica da obra de Gilberto Freire) e também da acção, propaganda e imaginário nativista regionalista e nacionalista cabo-verdiano pró independentista, em *O PAIGC* é sobretudo no contexto da análise dos complexos históricos geográficos da inserção da Guiné e Cabo Verde face à África, a Portugal, à Europa e aos imperialismo libertadores (ou neo-colonialistas) que emergem pós 1954, que se aborda a história da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde e também as razões dos seus destinos e futuras independências. Perspectivas diferentes, mas complementares, que correspondem aliás a dois dos maiores vectores da Historiografia Portuguesa sobre a Colonização e Descolonização, no fim de contas a dos colonizadores e a dos colonizados. Daniel Gomes historia a fase de luta armada na Guiné, os afrontamentos da estratégia militar e também políticas que aí se desenham e desemboca na independência.

Deste observatório que é o Prémio de História Contemporânea, temos notado quanto esta temática, a Descolonização Portuguesa, se tem desenvolvido na Historiografia Portuguesa pós 1974. Victor de Sá instituidor na Faculdade de

Letras da Universidade do Porto da Disciplina da *História do Colonialismo e da Descolonização* foi premonitório nesta abertura da Historiografia e o Prémio tem sido grande estímulo aos novos investigadores e estudantes das temáticas novas por ele abertas à Historiografia Portuguesa.

A outra menção honrosa “*O Negócio da Urna*” premeia um trabalho de grande rigor metodológico, um contributo científico e historiográfico digno também dos maiores encómios. Matéria tão badalada na literatura social e debate político dos séculos XIX e XX, este dos processos eleitorais e controlo político pelos governos das eleições, pela primeira vez, vemos o tema abordado em toda a extensão e pela mais fina análise histórica, a propósito das Eleições de 1842, o modo como se controlam e ganham umas eleições que confirmam o Governo saído do golpe de Costa Cabral e da ditadura Cabralista que instala no poder. E de facto ele é abordado num momento estruturador e fundador do Regime – liberal, centralizador – com a fixação dos instrumentos eleitorais, administrativos, sociais, de propaganda e coação política. Que depois se tornarão prática corrente com processos de viciação e coação que podem aqui e acolá numa ou noutra eleição, roçar a violência.

Estas obras, objecto de menção honrosas têm forte ligação com o estudo premiado *Pimenta de Castro. Um General no Labirinto da I República*.

Em primeiro lugar, a propósito das obras que tratam do tema das Colónias ou Domínios Africanos. Se o Ultimatum inglês acentua a propaganda republicana e está na origem do 5 de Outubro de 1910, as Colónias – em especial Angola e Moçambique – são então objecto da mais cobiçada atracção dos imperialismos inglês e alemão; nas dificuldades financeiras e da concessão do empréstimo pedido pela Monarquia e República, a ingleses e alemães, os domínios ultramarinos é suposto funcionarem como caução e a falta de pagamento, como razão de ocupação. A entrada de Portugal na Guerra de 1914 serviu também para ajudar a debelar o perigo da ameaça alemã sobre o território colonial português. Mas a Guiné e Cabo Verde são, por então, ainda territórios e espaços de valor económico e estratégico menor.

Mas num outro ponto é central a ligação do *Negócio da Urna*, outra menção honrosa, com a afirmação da “ditadura” de Pimenta de Castro. Chegado ao governo, sem especial programa, por convite pessoal do Presidente da Repú-

blica, o principal objectivo de Pimenta de Castro é ganhar as próximas eleições e afastar os democráticos do Partido Republicano Português do poder, coligando o maior número de forças políticas e interesses sociais contra o Partido Republicano Democrático no poder desde 1911.

O caminho era só um, mais uma vez, o consabido *Negócio da Urna*. Que Pimenta de Castro sabia como se poderia fazer ..., mas não faltando quem o aconselhasse nos caminhos a seguir.... Desde logo publicando uma lei eleitoral favorável para combater o situacionismo do Partido Republicano no poder – assente na restrição do voto censitário aos maiores de 25 anos que soubessem ler e escrever – que pretende trazer à urna o sufrágio eleitoral universal, de modo a romper com a base e exclusivo eleitoral dos Democráticos. Depois e adentro das mesmas «tecnologias» eleitorais do Liberalismo, desmonta a máquina eleitoral dos Democráticos, monta a nova máquina eleitoral da Ditadura, substituindo as autoridades democráticas, por figuras sociais e políticas afectas e adversários. Nada de novo pois nos caminhos abreviados que Pimenta de Castro quer abrir para iniciar uma nova época para a República. No fim de contas as Ditaduras aprendem bem umas com as outras e também com os governos das Democracias!

Bem, mas sobre o Governo, curto, mas premonitório de Pimenta de Castro, nos falará com toda a autoridade o Premiado deste ano.

Termino, felicitando mais uma vez vivamente os vencedores deste Prémio pelos trabalhos de grande envergadura que aqui nos trouxeram. Pela nossa parte, enquanto Presidente do Júri, tudo faremos para que o *Prémio Victor de Sá de História Contemporânea* apoie o que melhor se faz na Historiografia Portuguesa e seja um incentivo ao seu desenvolvimento, mas também ao seu reconhecimento público e universitário.